

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	5
ABREVIATURAS	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. PRESSUPOSTOS DO DIREITO DE REJEIÇÃO	15
2.1. Relação de consumo	17
2.2. Obrigação do profissional de entrega de coisa móvel corpórea ou de prestação de serviço abrangido pelo RJACSR	34
2.3. Desconformidade da coisa ou do serviço com o contrato	46
2.4. Prazo de trinta dias a contar da data da entrega da coisa ou da prestação do serviço	55
2.5. Possibilidade, boa-fé e respeito pelo fim social ou económico do direito	63
3. EXERCÍCIO DO DIREITO DE REJEIÇÃO	69
3.1. Declaração dirigida ao profissional	70
3.2. Conteúdo da declaração	73
3.3. Prazos de caducidade	77
4. EFEITOS DO DIREITO DE REJEIÇÃO	79
4.1. Restituição da coisa desconforme pelo consumidor	79
4.2. Entrega imediata de uma nova coisa pelo profissional	85

4.3.	Reembolso pelo profissional dos pagamentos recebidos	89
4.4.	Direito a indemnização	93
4.5.	Sanções contraordenacionais	96
5.	ANÁLISE DE DIREITOS ESTRANGEIROS	97
5.1.	Inglaterra	98
5.2.	Chipre	117
5.3.	Grécia	118
5.4.	República da Irlanda	119
5.5.	Roménia	123
5.6.	Eslovénia	124
5.7.	Semelhanças e diferenças entre os direitos analisados	125
6.	DISTINÇÃO DE FIGURAS PRÓXIMAS	131
6.1.	Rejeição da proposta contratual	131
6.2.	Recusa da prestação	132
6.3.	Exceção de não cumprimento	133
6.4.	Direito de retratação	134
6.5.	Venda a contento	136
6.6.	Venda sujeita a prova	137
6.7.	Venda a retro	139
6.8.	Direito de arrependimento	140
6.9.	Direito de opção	142
6.10.	Denúncia da falta de conformidade	143
6.11.	Direito de denúncia do contrato	145
6.12.	Direito de revogação	146
6.13.	Rejeição da obra no regime geral do contrato de empreitada	146
6.14.	Rejeição da coisa na CISG e nos PECL	148
6.15.	Rejeição e atrasos de pagamento nas transações comerciais	151
6.16.	Resolução do contrato de viagem organizada	152
6.17.	Síntese	154
7.	NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE REJEIÇÃO	157
8.	DIREITO DE REJEIÇÃO E PRINCÍPIOS DO DIREITO DO CONSUMO	161
8.1.	Princípio da transparência	161

8.2. Princípio da lealdade	164
8.3. Princípio da reflexão	166
8.4. Princípio do equilíbrio	167
8.5. Princípio da conformidade	170
8.6. Princípio da solvabilidade	172
8.7. Princípio da orientação para o mercado e para a inovação	172
8.8. Princípio da orientação para o consumo sustentável	174
 9. CONCLUSÕES	 177
 BIBLIOGRAFIA	 181
 LEGISLAÇÃO	 193
União Europeia	193
Portugal	194
Outros países	195